

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 527.330 - SP (2019/0241897-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : GLAUCIA APARECIDA DE FREITAS  
**ADVOGADO** : GLAUCIA APARECIDA DE FREITAS NASCIMENTO -  
SP0386952  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : DANIELY MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DANIELY MARIA DOS SANTOS OLIVEIRA, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que denegou o *writ* na origem.

A paciente foi denunciada pela prática dos delitos tipificados nos artigos 33 e 35, da Lei 11.343/2006.

A impetrante requer a revogação da prisão preventiva, sob o argumento de ausência dos requisitos dessa segregação cautelar, ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, conforme previsão do artigo 319 do CPP.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O parecer do Ministério Público foi pelo não conhecimento da ordem, ante a superveniente perda do seu objeto.

Conforme informações processuais prestadas pelo Tribunal *a quo* em 9/9/2019, processo n. 1500098-44.2019.8.26.0583, a paciente foi absolvida pelo juízo de primeiro grau dos crimes a ela imputados, com fundamento no artigo 386, VII, do CPP, expedindo-se alvará de soltura em seu favor (fl. 429), de modo que, não há como negar a prejudicialidade do *writ*, ante a perda superveniente de seu objeto.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator